

Queda do real pode ampliar dívida em R\$ 40 bi

Vicente Nunes
de Brasília

A desvalorização cambial vai resultar em um aumento de pelo menos R\$ 40 bilhões na dívida pública, disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. "Trata-se de um número preliminar sobre o efeito da desvalorização do real no estoque da dívida pública corrigida em dólar", afirmou. Ele ressaltou, no entanto, que nenhum "juízo completo" pode ser feito em relação ao assunto, sem levar em consideração que a mudança no regime cambial tem como lógica a perspectiva de queda da taxa real de juros, que "não vai cair nos próximos dias nem na próxima semana nem no próximo mês nem nos próximos três meses".

Segundo o secretário, que está em Washington desde o último domingo, na tentativa de acelerar a renegociação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo está trabalhando com afinco para definir as medidas que irão compensar o impacto da liberação do câmbio nas contas públicas. "Não estamos falando em aumento de impostos. A equipe econômica está trabalhando no sentido de redução de gastos e o novo aperto vai recair, sobretudo, em cima do governo federal e das estatais federais", disse.

Com isso, Bier ratificou a disposição do governo federal de não impor mais cortes aos estados e municípios, que terão de apresentar superávit primário (não leva em consideração as despesas com juros) de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), como estava previsto no acordo que está sendo revisto com o Fundo. A União, portanto, será a principal responsável pelo cumprimento da promessa feita ao FMI de o governo encerrar 1999 com superávit primário entre 3% e 3,5% do PIB. "Temos que nos concentrar em torno dos elementos que temos maior controle", assinalou.

Bier não quis detalhar os cortes que estão sendo estudados pela equipe econômica. Mas fez questão de deixar claro que o assunto "deve ser resolvido ainda nesta semana", de forma que as medidas possam ser apresentadas ao Fundo e se definam a trajetória de superávit primário para este ano. "Com isso, fechará o

bloco fiscal do acordo e aí nós poderemos concentrar as discussões no estabelecimento de metas fiscais, monetárias e as referentes ao balanço de pagamentos (contas externas), que, no fundo, mostram o comportamento das reservas cambiais".

Ele destacou, porém, que os critérios de desempenho e as metas indicativas acertadas no fim de 1998 com o Fundo não deverão apresentar alterações significativas no novo acordo. Mudará, no entanto, e para cima, a meta de déficit nominal, que inclui os gastos com os juros da dívida pública. Como no acordo anterior, as metas fiscais serão revistas a cada três meses. Bier lembrou, entretanto, que o governo voltará a divulgar, mensalmente, o déficit operacional do setor público, que desconta a inflação. "Mas esse déficit não será incluído no acordo com o Fundo. Vai servir apenas para mostrar o esforço fiscal do governo, já

que a inflação deste ano será bem maior do que a de 1998", disse.

Essa estimativa de inflação maior levou o governo a decidir por uma política monetária

mais flexível. Segundo Bier, ele vai controlar a inflação com as taxas de juros, seguindo o exemplo do que se faz na Nova Zelândia. Ele ressaltou ainda que o governo está trabalhando com uma faixa larga de variação dos índices inflacionários neste ano, levando em conta a flutuação do câmbio, mas não estabelecerá nenhuma meta relativa a aumento de preços no acordo com o FMI.

Sobre a política de intervenção do câmbio que será tocada pelo Banco Central, Bier afirmou que vários modelos estão sendo considerados, mas não há garantia de que o governo vá divulgar ao mercado o que for definido, mesmo depois do fechamento do novo acordo com o FMI. Ele ressaltou que o governo deverá acelerar o programa de privatização dos bancos estaduais e das empresas do setor de energia, mas sempre levando em conta as condições favoráveis do mercado.

Bier espera encerrar as negociações até o fim da próxima semana. Assim, seria possível manter o cronograma definido pelo FMI para assinatura da nova carta de intenções e o dinheiro da segunda parcela do empréstimo ao País, de US\$ 9 bilhões, seria liberado em março.

**"Não falamos em
aumentar impostos. A
equipe econômica
trabalha para reduzir
gastos no governo
federal e nas estatais"**